FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 18/03/2023 - 05:59

Tribunal penal pede prisão de Putin

Tribunal Penal Internacional emite mandado de prisão contra Putin

TPI, em Haia, acusa presidente russo de ser responsável por crimes de guerra no conflito da Ucrânia

Mayara Paixão

GUARULHOS O Tribunal Penal Internacional (TPI), baseado em Haia, emitiu nesta sexta-feira (17) um mandado de prisão contra o presidente da Rússia, Vladimir Putin, acusando-o de ser o responsável por crimes de guerra cometidos na Guerra da Ucrânia.

Em comunicado, o TPI argumenta que Putin é o provável responsável pela deportação ilegal de crianças de áreas ocupadas pela Rússia na Ucrânia —porções no leste do país. A alta corte diz que o russo falhou em exercer controle adequado de seus subordinados civis e militares.

Além de Putin, o TPI também expediu um mandado de prisão para Maria Lvova-Belova, a comissária russa para os direitos das crianças. No caso dela, o tribunal sinaliza no comunicado que a russa pode ter participado diretamente dos atos de deportação.

Os mandados correm em sigilo para proteger a privacidade das vítimas. Ainda que um desdobramento importante da guerra no Leste Europeu, porém, a ação do TPI tem pouca efetividade prática imediata.

Países como EUA, China, Rússia e mesmo a Ucrânia não são signatárias do Estatuto de Roma, fundador do TPI, ainda que a nação de Volodimir Zelenski tenha aceitado que o tribunal atue em seu território para realizar investigações. Já o Brasil é um dos signatários desde 2000.

"Podemos dizer que a ação tem efeito indeterminado", afirma Renan Teles, doutorando em direito internacional na USP. "A relevância está em dizer que existem condutas que não são admitidas, a ponto de que ninguém está imune a um processo de responsabilização. O TPI está determinando a prisão de um chefe de Estado em exercício, de um país de peso, membro nato do Conselho de Segurança da ONU."

Os países-membros do estatuto têm a obrigação de cooperar com qualquer ordem do tribunal do ponto de vista jurídico —o que inclui, portanto, uma ordem de prisão. Mas as nações para as quais Putin costuma viajar, em grande parte as da antiga órbita soviética, como a ditadura da Belarus, também não são membros do Estatuto de Roma.

A notícia dos mandados de prisão foi recebida como esperado nos países protagonistas da guerra. Por parte da Ucrânia, Zelenski disse que o número de crianças deportadas supera 16 mil.

O procurador-geral Andri Kostin disse que a decisão é histórica para seu país e para o sistema jurídico internacional. Já o chanceler Dmitro Kuleba afirmou que "as rodas da Justiça estão girando".

Do lado de Moscou, a porta-voz da chancelaria, Maria Zakharova, afirmou que a decisão é insignificante. "Inclusive do ponto de vista jurídico, já que a Rússia não é parte do Estatuto de Roma e do TPI e não tem obrigação nenhuma com eles."

Pouco após essa declaração, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, falou em linha semelhante. Ele disse que as questões abordadas pelo TPI são "ultrajantes e inaceitáveis", mas, de todo modo, sem efeito.

Maria Lvova-Belova, por sua vez, alega que os argumentos do TPI apenas validam seu trabalho de proteção de crianças de seu país. Ela afirmou ainda que adotou uma criança ucraniana na cidade de Mariupol, parte do território da Ucrânia, mas reduzida a ruínas antes de ser ocupada por tropas russas.

O Estatuto de Roma e as Convenções de Genebra catalogam atos que, durante conflitos como o atual, configuram crimes de guerra. Deportar ou transferir de maneira forçada a população do território ocupado para outro lugar, como o TPI diz que a Rússia fez, é um deles.

Teles, da USP, explica que a acusação formalizada contra Putin é um dos pormenores do chamado crime de genocídio nas cortes internacionais. Segundo o TPI, ele se configura pela intenção de destruir, em partes ou integralmente, um grupo nacional, étnico, religioso ou racial; e isso pode ser feito de cinco formas diferentes —uma delas é transferir crianças de um grupo a outro de forma forçada.

O tribunal, porém, não acusa Putin de genocídio, o chamado "crime dos crimes internacionais" entre estudiosos da área, ainda que Kiev peça mais firmeza nesse sentido. "Provar que há intenção de destruir um grupo nacional, étnico, racial ou religioso é algo muito difícil", afirma o pesquisador.

Com poucas informações tornadas públicas pelo TPI, ainda estão nebulosos os próximos passos da investigação. A julgar pelos procedimentos padrões, a próxima etapa envolve um pré-julgamento, no qual os juízes decidem se há provas suficientes para levar o caso a tribunal após ouvir acusação e defesa.

Como demonstraram porta-vozes das instituições russas, porém, o país de Vladimir Putin não deve se manifestar judicialmente sobre o caso, o que deixa dúvidas sobre o desenrolar da investigação.

Criado em 2002, o Tribunal de Haia, como também é conhecido o TPI, condenou cinco pessoas, todas africanas, por crimes de guerra e contra a humanidade. Putin é o terceiro líder em exercício a ter um mandado de prisão expedido pelo tribunal. Antes dele, o mesmo aconteceu com o hoje ex-ditador do Sudão Omar al-Bashir em 2009 —ele está foragido— e com o líbio Muammar Gaddafi em junho de 2011 —o processo foi encerrado meses depois, quando ele morreu.

O TPI abriu uma investigação sobre situação na Ucrânia em março de 2022, poucos dias após o país ser invadido pela Rússia. O escopo do caso vai além da atual guerra e analisa possíveis crimes cometidos no país desde 2013.

Crimes investigados pelo Tribunal Penal Internacional

Genocídio
Intenção específica de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso

Crimes de guerra
Violações graves em conflitos armados, como o uso de crianças soldados, tortura, ataque a hospitais

Crimes contra a humanidade
Violações graves como parte de um ataque em larga escala contra população civil, como estupro, prisão, escravização e tortura

Crime de agressão
Uso da força armada por um Estado contra a soberania, integridade ou independência de outro Estado

Crimes devem ter acontecido a partir de 1º.jul.2002

TPI já expediu ao menos 38 mandados de prisão; veja alguns

21 foram cumpridos, e seis foram retirados com a morte dos suspeitos

SOB CUSTÓDIA DO TRIBUNAL
- **Abd-Al-Rahman** (ano da prisão: 2020; país de origem: Sudão)
- **Al-Hassan Ag Abdoul Aziz** (2018; Mali)
- **Ahmad Al Faqi Al Mahdi*** (2015; Mali)
- **Maxime Jeoffroy Gawaka** (2022; República Centro-Africana)
- **Germain Katanga*** (2007; República Democrática do Congo)
- **Thomas Lubanga Dylio*** (2006; República Democrática do Congo)

FORAGIDOS
- **Omar al-Bashir** (ano expedição: 2009; país de origem: Sudão)
- **Saif Al-Islam Gaddafi** (2011; Líbia)
- **Ahmad Harun** (2007; Sudão)
- **Abdel Raheem Muhammad Hussein** (2012; Sudão)

*Além de presos, foram condenados pelo TPI

CRIMEIA COMPLETA NOVE ANOS DE ANEXAÇÃO RUSSA
Participantes celebram ocupação em ato na cidade de Ialta, na península ao sul da Ucrânia anexada por Vladimir Putin em março de 2014 Alexei Pavlichak/Reuters

Como a Polônia, Eslováquia dará MiG-29 à Ucrânia

SÃO PAULO Um dia após a Polônia anunciar que irá enviar caças soviéticos MiG-29 para a Ucrânia usar contra os russos, a Eslováquia, também membro da Otan fez o mesmo nesta sexta (17).

É uma mudança de patamar no auxílio de países alinhados aos Estados Unidos ao esforço de guerra de Kiev. "O processo de entrega desses caças será coordenado com o lado polonês", afirmou o premiê eslovaco, Eduard Heger.

Ele disse que um total de 13 aeronaves seriam doadas, algumas sem condição de voo para servirem de fonte de peças sobressalentes. Segundo o inventário anual Balanço Militar, publicado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (Londres), Bratislava tinha em 2022 11 MiG-29 em ação.

"É claro que, no curso da operação militar especial, todo esse equipamento estará sujeito à destruição", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

Pedido forjado contra o líder russo é marco por ora simbólico

ANÁLISE

Igor Gielow

O pedido de prisão emitido pelo TPI (Tribunal Penal Internacional) contra Vladimir Putin serve a propósitos simbólicos, mas tem pouquíssimo valor prático neste momento. Toda conjectura que será lida na mídia ocidental sobre os riscos de o russo ver o sol nascer quadrado é apenas misto de torcida e especulação.

Guerras, por definição, têm seus desfechos escritos pelos vencedores. Fosse a Alemanha nazista triunfante em 1945, talvez o mundo nunca soubesse sobre o Holocausto —ficção de qualidade já foi escrita sobre isso. Mas este é um exemplo extremo.

No caso da corrente guerra, inconclusa de forma aguda como está após pouco mais de um ano, estabelecer responsabilidade de Putin é ao mesmo tempo ocioso e impreciso.

Ocioso pois foi o russo quem disparou o primeiro tiro, independentemente de suas razões, algumas racionalmente aplicáveis a um debate. Impreciso porque a acusação específica da corte de Haia, de sequestro de crianças, é de bastante difícil comprovação.

Isso dito, é um ato político cheio de simbolismo. O chefe de Estado e de governo de uma nação poderosa está tecnicamente com a cabeça a prêmio numa corte internacional. Isso basta para a propaganda ocidental, mas também para a do Kremlin.

Afinal de contas, Putin terá mais um item para adicionar à coleção do que chama de guerra do Ocidente para destruir a Rússia, com ou sem razão. Pois segundo sua narrativa, ele se equivale ao Estado russo.

Guerra é guerra. Ambos os lados cometem atrocidades, que são indiferentes a quem começou a briga. É evidente que os russos têm registrados contra si mais episódios de abusos, mas os ucranianos também carregam seu fardo no tema. Significativo no contexto que Moscou não tenha sido acusada diretamente de genocídio, por exemplo, ainda que sequestro de crianças seja um dos itens que qualifique o crime.

Em favor de Putin, há a prática. O TPI não é reconhecido nem pela Rússia, nem pela Ucrânia, nem pelos protetores de Kiev nos EUA. O governo de Volodimir Zelenski até concedeu à corte jurisprudência para apurar crimes em seu território, desde que tenham sido atribuídos aos russos, claro.

Essa hipocrisia permeia esse tipo de debate internacional desde sempre. Mesmo países aderentes ao TPI adaptam sua leitura das regras: a África do Sul permitiu em 2015 a visita de um ditador africano, o sudanês Omar al-Bashir, que é procurado pelo tribunal.

O motivo era político-econômico, mas a justificativa era de que o Sudão não era signatário do tratado. Seria interessante ver a reação do governo brasileiro, que reconhece o TPI, caso Putin resolvesse ir discutir a paz mundial com Luiz Inácio Lula da Silva —o petista, assim como o predecessor Jair Bolsonaro (PL), manteve a linha usual do país de neutralidade crítica à guerra, em nome dos bons negócios.

Contra essa linha de raciocínio há o caso de Slobodan Milosevic, o presidente sérvio durante as guerras da dissolução da Iugoslávia nos anos 1990. Ele foi preso em 2001 pelo tribunal específico daquele conflito. Levado a Haia, morreu de infarto enquanto era julgado, em 2006.

Só que Milosevic, acusado de coisas como o amplamente documentado massacre de muçulmanos em Srebenica (Bósnia) e limpeza étnica, só chegou à cela por cortesia do governo sucessor ao seu, que não só ignorou o fato de que a então Iugoslávia não era signatária do Estatuto de Roma que formou o TPI, como tomou a iniciativa de se livrar do rival.

Tudo do jogo, como a história do conflito humano ensina, e por isso mesmo um sinal de alerta para Putin. Na hipótese hoje altamente improvável de ele perder o poder, o arcabouço para sua punição pela guerra está montado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Copyright © Clipclap 2025.